



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



ESPELHO DE CORREÇÃO - PROVA DISCURSIVA - PROCURADOR MUNICIPAL DE CARIACICA

01) PEÇA JUDICIAL - Nota - 0,00 a 10,00 pontos. O enunciado exigia do candidato apresentação de uma contestação à ação proposta. O candidato que não elaborou a contestação recebeu nota 0,00 na questão.

Modelo de resposta

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara de Fazenda Pública do Município de Cariacica - Estado do Espírito Santo. (0,2 pontos)

Autos nº (...)

O Município de Cariacica - ES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº (...), com sede a Rua (...), na cidade de Cariacica - ES, através de seu procurador judicial que esta subscreve, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar: **(0,3 pontos)**

CONTESTAÇÃO, (0,5 pontos)

Em face da ação de Obrigação de Fazer que lhe move JOSÉ DA SILVA, já devidamente qualificado, o que faz pelos fatos e fundamentos a seguir expostos: **(0,2 pontos)**

I - DOS FATOS

O candidato deveria descrever os fatos contidos na petição inicial **(0,8 pontos)**

II - DA TEMPESTIVIDADE (1,00 pontos)

O candidato deveria explicitar o prazo final para a interposição da contestação, ex:

O Município de Cariacica-ES foi citado na Ação de Obrigação de Fazer em 01/03/2011, mas o mandado de citação foi juntado aos autos somente em 03/03/2011 e no mesmo dia os autos foram entregues em carga ao Procurador do Município.

Portanto, o prazo para a interposição da Contestação teve início na data de 03/03/2011, e de acordo com as regras processuais, exclui-se o dia do início (03/03/2011) e inclui-se o dia final.

De acordo com o art. 188 do CPC, o Município de Cariacica (Fazenda Pública) possui prazo em quádruplo para contestar (60 dias), portanto, o prazo final para a interposição da contestação era em 03/05/2011.

III - DAS PRELIMINARES (2,00 pontos)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



O candidato deveria alegar preliminarmente:

- a) chamamento ao processo da União e do Estado (art. 77 do CPC).
- b) Incompetência Absoluta do Juízo.
- c) Ilegitimidade Passiva do Município de Cariacica.

Requerer o acatamento do chamamento ao processo com a inclusão do Estado e da União no pólo passivo, a incompetência absoluta do juízo e a remessa do processo para a Justiça Federal e/ou extinção do processo sem a resolução do mérito face a ilegitimidade passiva.

IV - DO MÉRITO (3,00 pontos)

No mérito, o candidato deveria aduzir que:

- a) A pretensão do Autor firma-se em normas constitucionais e orgânicas de caráter programático, em afronta aos termos do art. 195, § 5º - CF/88;
- b) que cabe ao Município assegurar igualdade de tratamento aos usuários do serviço de saúde, não podendo efetuar despesas vultosas específicas com determinados medicamentos, porquanto os recursos devem ser destinados ao atendimento geral da população;
- c) Desenvolver tese sobre a Reserva do Possível;
- c) a ausência de previsão orçamentária para o fornecimento dos remédios;
- d) alegar que não cabe ao Município a responsabilidade em fornecer os medicamentos para os casos de doença de alta complexidade;
- e) alegar que a liminar deferida fere todas as previsões orçamentárias efetuadas pela Administração Municipal e que não encontra-se presente o fumus boni iuris, requisito essencial para a pretensão cautelar.

Requerer a improcedência da ação e a revogação da medida liminar concedida.

V - DOS PEDIDOS (1,5 pontos)

Ante ao exposto, requer digno-se V.Ex.^a, acolher as preliminares levantadas para que seja acatado o chamamento ao processo com a inclusão do



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Estado e da União no pólo passivo, o reconhecimento da incompetência absoluta do juízo e a remessa do processo para a Justiça Federal e/ou extinção do processo sem a resolução do mérito face a ilegitimidade passiva.

Caso restar superada as preliminares, requer-se que no mérito, julgue totalmente **IMPROCEDENTES** os pedidos do autor, na forma da fundamentação acima, bem como a revogação da medida liminar concedida

Requer-se ainda, a condenação do autor ao pagamento de custas, despesas processuais, honorários advocatícios e demais cominações a que der causa.

VI - DAS PROVAS (0,5 pontos)

Protesta provar o alegado por todos os meios admitidos em direito.

Cariacica, 03 de Maio de 2011.

Procurador Municipal

02) PARECER - **Nota - 0,00 a 5,00 pontos.**

Cabeçalho (0,5 pontos)

Parecer n.
Assunto.
Interessado.
Ementa.

I - Relatório (0,5 pontos)

O candidato deveria relatar os fatos.

II - Fundamentação Jurídica. (2,00)

O candidato deveria desenvolver a tese responsabilidade do Estado em caso de omissão, na qual a responsabilidade da Administração Pública é subjetiva e não objetiva. O autor do requerimento deveria ter provado a ocorrência dos elementos caracterizadores da responsabilidade subjetiva do Estado em razão da conduta omissa.

Deveria também desenvolver a tese de que o prazo prescricional para as ações de pretensão de reparação de danos contra o Estado, na forma preceituado no art. 206 do Código Civil é de 3 anos.

III - Conclusão (1,5 pontos)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



O candidato deveria concluir o parecer opinando pelo INDEFERIMENTO do pedido do pagamento da indenização, tendo em vista a ocorrência do prazo prescricional, bem como a não comprovação dos elementos caracterizadores da responsabilidade subjetiva do Estado em razão da conduta omissa.

É o parecer, a superior consideração.

Local e data

Procurador Municipal.

Encerramento (0,5 pontos)

03) O que se entende por sincretismo processual?

Questão - **Nota - 0,00 a 2,50 pontos.** - padrão de resposta

“O sincretismo processual traduz uma tendência do direito processual, de combinar fórmulas e procedimentos, de modo a possibilitar a obtenção de mais de uma tutela jurisdicional, simpliciter et de plano (de forma simples e de imediato), no bojo de um mesmo processo, com o que, além de evitar a proliferação de processos, simplifica (e humaniza) a prestação jurisdicional”. (José Eduardo Carreira Alvim. Alterações do Código de Processo Civil. Rio de Janeiro, Ed. Impetus, 2004, p.40-41)

As alterações promovidas no Código de Processo Civil, principalmente sobre a liquidação da sentença (Capítulo IX, do Título VIII, do Livro I, arts. 475-A a 475-H); e sobre o cumprimento da sentença (Capítulo X, do Título VIII, do Livro I, arts. 475-I a 475-R) contribuíram de forma decisiva para a efetivação do processo sincrético no Brasil.

04) Descreva o posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre o IPTU progressivo antes da Emenda Constitucional 29/2000 e atualmente. (máximo de 10 dez linhas)

Questão - **Nota - 0,00 a 2,50 pontos.** - padrão de resposta

Antes da EC 29/00, a progressividade do IPTU variava apenas com base na função social da propriedade (art. 182, §4º, II).

Após a EC 29/00, a progressividade do IPTU passou a poder variar com base no valor do imóvel, seu uso e localização (art.156, §1º, I e II),de acordo com a Sumula do STF:

Súmula 668, STF: É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.

Atualmente o Supremo Tribunal Federal julgou constitucional a lei municipal de São Paulo que criou o IPTU progressivo no valor, que prevê alíquotas maiores para os imóveis mais caros.

A tese principal dos ministros do STF para liberar a lei da progressividade do IPTU é que as pessoas com maior capacidade contributiva devem pagar mais para possibilitar o poder público a cumprir sua função social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

